

01. (Questão Elaborada pelo Professor)

Não estão expressamente subordinados ao regime da Lei 12.527/2020:

- A) os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas;
- B) o Poder Judiciário e o Ministério Público;
- C) as empresas públicas;
- D) as associações e as sociedades;
- E) as entidades controladas indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

02. (Questão Elaborada pelo Professor)

Os procedimentos previstos na Lei 12.527/2020 destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com, entre outras, a seguinte diretriz:

- A) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- B) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- C) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações;
- D) realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação;
- E) desenvolvimento do controle social da administração pública.

03. (Questão Elaborada pelo Professor)

O acesso à informação de que trata a Lei de Acesso à Informação compreende, entre outros, os direitos de obter:

- A) orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;
- B) informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, desde que recolhidos a arquivos públicos;
- C) informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, salvo se esse vínculo já tenha cessado;
- D) informação secundária, íntegra, autêntica e atualizada;
- E) informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, exceto as relativas à sua política;

04. (Questão Elaborada pelo Professor)

Com base na Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta:

- A) O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado, entre outros, o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.
- B) Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia simples.
- C) Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.
- D) É direito do requerido obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, apenas por cópia autenticada.
- E) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias a contar da sua ciência.

05. (Questão Elaborada pelo Professor)

Com base na Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta:

- A) Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público as decisões que, em grau de recurso, concederem ou negarem acesso a informações de interesse público.
- B) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.
- C) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta ou secreta.
- D) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como secretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
- E) O acesso à informação classificada como sigilosa não cria obrigações para aquele que a obteve.

06. (Questão Elaborada pelo Professor)

Não constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:

- A) recusar-se a fornecer informação requerida nos termos da Lei de Acesso à Informação, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
- B) utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
- C) agir com culpa ou dolo na análise das solicitações de acesso à informação;
- D) divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;
- E) impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

07. (Questão Elaborada pelo Professor)

A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei de Acesso à Informação não estará sujeita à seguinte sanção:

- A) advertência;
- B) multa;
- C) rescisão do vínculo com o poder público;
- D) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- E) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

08. (Questão Elaborada pelo Professor)

Para os efeitos da Lei de Acesso à Informação, considera-se:

- A) informação: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
- B) documento: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- C) autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
- D) integridade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- E) primariedade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

09. (Questão Elaborada pelo Professor)

Tendo em vista a Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- A) O inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Poder Judiciário nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.
- B) O inquérito civil não é condição de procedibilidade apenas para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público.
- C) O procedimento preparatório deverá ser autuado com numeração sequencial à do inquérito civil e registrado em sistema próprio, renumerando-se a numeração quando de eventual conversão.
- D) O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.
- E) Caberá ao membro do Ministério Público investido da atribuição para propositura da ação civil pública a responsabilidade pela instauração de inquérito civil. Eventual conflito negativo ou positivo de atribuição será decidido no prazo de trinta dias.

10. (Questão Elaborada pelo Professor)

Tendo em vista a Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- A) O inquérito civil só poderá ser instaurado mediante requerimento;
- B) O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada;
- C) Se, no curso do inquérito civil, novos fatos indicarem necessidade de investigação de objeto diverso do que estiver sendo investigado, o membro do Ministério Público deverá aditar a portaria inicial, respeitadas as normas incidentes quanto à divisão de atribuições.
- D) O membro do Ministério Público, no prazo máximo de trinta dias, indeferirá o pedido de instauração de inquérito civil, em decisão irrecorrível, da qual se dará ciência pessoal ao representante e ao representado.
- E) Art. 6º A instrução do inquérito civil será presidida por membro do Ministério Público a quem for conferida essa atribuição pelo Procurador-Geral da República.

11. (Questão Elaborada pelo Professor)

Tendo em vista a Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- A) O membro do Ministério Público poderá designar servidor do Ministério Público para presidir o inquérito civil.
- B) Para o esclarecimento do fato objeto de investigação, poderão ser colhidas todas as provas permitidas pelo ordenamento jurídico, com a juntada das peças em ordem cronológica de apresentação, devidamente numeradas em ordem crescente.
- C) Todas as diligências serão documentadas mediante termo ou certidão.
- D) As declarações e os depoimentos sob compromisso serão tomados por auto pelo membro do Ministério Público, assinado pelos presentes ou, em caso de recusa, na aposição da assinatura por duas testemunhas.
- E) Qualquer pessoa física ou jurídica poderá, durante a tramitação do inquérito civil, apresentar ao Ministério Público documentos ou subsídios para melhor apuração dos fatos.

12. (Questão Elaborada pelo Professor)

Tendo em vista a Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- A) O Ministério Público poderá deprecar diretamente a qualquer órgão auxiliar a realização de diligências necessárias para a investigação.
- B) As notificações, requisições, intimações ou outras correspondências expedidas por órgãos do Ministério Público da União ou pelos órgãos do Ministério Público dos Estados, destinadas a instruir inquérito civil ou procedimento preparatório, observarão o disposto na legislação estadual, devendo serem encaminhadas no prazo de dez (10) dias pelo respectivo Procurador-Geral.
- C) Aplica-se ao inquérito civil o princípio da publicidade absoluta dos atos.
- D) Todos os ofícios requisitórios de informações ao inquérito civil e ao procedimento preparatório dispensam fundamentação e devem ser acompanhados de cópia da portaria que instaurou o procedimento ou da indicação precisa do endereço eletrônico oficial em que tal peça esteja disponibilizada.
- E) O defensor constituído nos autos poderá assistir o investigado durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade relativa do seu depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente.

13. (Questão Elaborada pelo Professor)

Tendo em vista a Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, a publicidade do inquérito civil consistirá, exceto:

- A) na divulgação oficial, com o exclusivo fim de conhecimento público mediante publicação de extratos na imprensa oficial;
- B) na divulgação em meios cibernéticos ou eletrônicos, dela devendo constar as portarias de instauração e extratos dos atos de conclusão;
- C) na expedição de certidão e na extração de cópias sobre os fatos investigados, mediante requerimento fundamentado e por deferimento do presidente do inquérito civil;
- D) na prestação de informações ao público em geral, a critério do presidente do inquérito civil;
- E) na concessão de vistas dos autos, mediante requerimento fundamentado do interessado ou de seu procurador legalmente constituído e por deferimento total ou parcial do presidente do inquérito civil.

14. (Questão Elaborada pelo Professor)

Tendo em vista a Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta, no que alude ao princípio da publicidade dos inquéritos civis:

- A) A restrição à publicidade deverá ser decretada em decisão imotivada, para fins do interesse público, e poderá ser, conforme o caso, limitada a determinadas pessoas, provas, informações, dados, períodos ou fases, cessando quando extinta a causa que a motivou.
- B) Os documentos resguardados por sigilo legal deverão ser juntados em anexo.
- C) O defensor poderá, somente constituído, examinar autos de investigações findas ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital.
- D) Nos autos sujeitos a sigilo, deve o advogado apresentar procuração para o exercício dos direitos inerentes ao acesso aos autos.
- E) O presidente do inquérito civil não poderá delimitar o acesso do defensor à identificação do(s) representante(s) e aos elementos de prova relacionados a diligências em andamento e ainda não documentados nos autos, quando houver risco de comprometimento da eficiência, da eficácia ou da finalidade das diligências.

15. (Questão Elaborada pelo Professor)

Tendo em vista a Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- A) Em cumprimento ao princípio da publicidade das investigações, o membro do Ministério Público poderá prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos, abstendo-se, contudo de externar ou antecipar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas.
- B) O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um ano, prorrogável uma única vez pelo mesmo prazo, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.
- C) Cada Ministério Público, no âmbito de sua competência administrativa, poderá estabelecer prazo distinto do estabelecido na resolução respectiva do CNMP, bem como alterar a prorrogação mediante ato administrativo do Órgão da Administração Superior competente.
- D) Suspende-se o curso do prazo dos procedimentos em trâmite nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 7 de janeiro.
- E) Durante a suspensão do prazo, não se realizarão audiências.

16. (Questão Elaborada pelo Professor)

Tendo em vista a Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- A) Após a instauração do inquérito civil ou do procedimento preparatório, quando o membro que o preside concluir ser atribuição de outro Ministério Público, deverá remeter os autos ao membro competente, no prazo de 3 (três) dias.
- B) O membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, independentemente do esgotamento de todas as diligências possíveis.
- C) O desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de seis meses após o arquivamento.
- D) O Ministério Público poderá firmar recomendações, nos casos previstos em lei, visando à reparação do dano, à adequação da conduta às exigências legais ou normativas e, ainda, à compensação e/ou à indenização pelos danos que não possam ser recuperados.
- E) Cada Ministério Público poderá adequar seus atos normativos referentes a inquérito civil e a procedimento

preparatório de investigação cível aos termos da presente Resolução, no prazo de seis meses, a contar de sua entrada em vigor.

17. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 664/2010 PGJ-CGMP-CSMP, assinale a alternativa correta:

- A) Os procedimentos administrativos presididos por órgão do Ministério Público, instaurados nas Promotorias de Justiça ou Grupos de Atuação Especial, serão secretariados por Oficial de Promotoria ou servidor nele lotado, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada sob compromisso.
- B) Nos registros dos autos e na expedição dos ofícios, requisições e notificações, o Oficial de Promotoria deve utilizar os impressos e papéis confeccionados segundo modelo oficial do Ministério Público, dispensada a juntada de cópia nos autos.
- C) Os livros obrigatórios serão aqueles confeccionados segundo modelo oficial do Ministério Público e serão abertos, numerados, autenticados e encerrados pelo Oficial de Promotoria Secretário, mediante a lavratura dos respectivos termos e seguirão os modelos estabelecidos em Resolução.
- D) O Oficial de Promotoria procederá à numeração das folhas dos autos, que não poderão exceder 200 (duzentas) em cada volume, exceto em casos especiais, decididos pelo Procurador de Justiça.
- E) É vedado o lançamento nos autos de cotas marginais ou interlineares ou o uso de sublinhar palavras ou expressões, devendo o Promotor de Justiça, ao constatar tais irregularidades, comunicá-las ao Oficial de Promotoria.

18. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 664/2010 PGJ-CGMP-CSMP, assinale a alternativa correta:

- A) Não se juntará nenhum documento ou petição nos autos, sem o respectivo auto de juntada.
- B) Inexistindo prazo expressamente determinado, as requisições e notificações serão encaminhadas em até 10 (dez) dias. Quando se cuidar de notificação para comparecimento em audiência, o aviso de recebimento de correspondência deve ser devolvido e juntado aos autos até 5 (cinco) dias antes da data designada, caso não haja determinação do Promotor de Justiça em sentido diverso.
- C) Incumbe ao Promotor de Justiça a manutenção, a guarda, a escrituração, os registros e a regularidade formal dos autos.
- D) O Oficial de Promotoria deve, no prazo de 1 (um) dia, abrir conclusão de quaisquer autos protocolizados na Promotoria para análise do órgão do Ministério Público.
- E) Nenhuma diligência ou ato deverá ser realizado sem determinação expressa do presidente da investigação, ressalvando-se atos de mero expediente, desde que estabelecidos em Portaria expedida pelo Promotor de Justiça.

19. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 664/2010 PGJ-CGMP-CSMP, assinale a alternativa correta:

- A) A remessa dos procedimentos ao Promotor de Justiça será realizada, independentemente de registro no livro carga, com anotação no sistema eletrônico das datas de recebimento e devolução dos autos.
- B) Todos os documentos recebidos no Ministério Público noticiando lesão ou ameaça de lesão a interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, sob a forma de representação ou peça de informação, após o regular despacho de recebimento, serão imediatamente anotados no livro de registro de protocolo geral.
- C) Havendo mais de um Promotor de Justiça com atribuição para análise e conhecimento do caso, os documentos serão encaminhados ao Distribuidor para distribuição em 72 (setenta e duas) horas e, posteriormente, encaminhados ao Promotor de Justiça a quem foram distribuídos.
- D) Havendo determinação do Promotor de Justiça, o Oficial de Promotoria deverá autuar o procedimento administrativo iniciado a partir da ficha de atendimento, seguindo as regras previstas nas respectivas resoluções.
- E) Os registros nos sistemas eletrônicos devem ser feitos no prazo de 5 (cinco) dias.

20. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 664/2010 PGJ-CGMP-CSMP, assinale a alternativa correta:

- A) Instaurado o inquérito civil, o Oficial de Promotoria deverá atualizar os registros e digitalizar a portaria nos sistemas eletrônicos, dispensada a autuação;
- B) O recurso interposto pelo investigado será juntado aos autos e o Oficial de Promotoria deverá anotar a ocorrência nos sistemas eletrônicos e abrir conclusão ao Promotor de Justiça Secretário.
- C) Não havendo retratação pelo presidente da investigação, os autos serão encaminhados, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, sob pena de responsabilidade funcional.
- D) Decorrido o prazo para interposição de recurso, o Oficial de Promotoria deverá certificar o trânsito em julgado e promover o arquivamento do feito.
- E) Oposta exceção de suspeição ou de impedimento do Promotor de Justiça presidente do procedimento investigatório, o Oficial de Promotoria, dispensada a autuação em apartado, efetuará o registro no sistema eletrônico e a apensará aos autos principais, abrindo-se conclusão ao Promotor de Justiça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

21. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 664/2010 PGJ-CGMP-CSMP, assinale a alternativa correta:

- A) Os autos dos procedimentos permanecerão sob os cuidados do Promotor de Justiça que velará pelo cumprimento das diligências nos prazos previstos nesta Resolução.
- B) No caso de descumprimento de qualquer diligência, o Oficial de Promotoria certificará a ocorrência nos autos e abrirá conclusão para deliberação do Promotor de Justiça Secretário.
- C) Na hipótese em que houver reiteração da diligência não atendida, o fato deverá constar do novo ofício, da notificação ou da requisição, anotando-se as advertências legais.
- D) A carta precatória será confeccionada em 3 (três) vias, indicando-se o Promotor de Justiça deprecado e a diligência pretendida. Será encerrada com a assinatura da autoridade deprecante e instruída com cópia da portaria e demais documentos necessários à compreensão do seu conteúdo.
- E) Havendo necessidade de realização de diligência em outra comarca e determinada a expedição de carta precatória, com caráter itinerante, o Oficial de Promotoria providenciará a sua expedição e transmissão por telegrama, "fac-símile", correio eletrônico, telefone ou outro meio, certificando-se nos autos.

22. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 664/2010 PGJ-CGMP-CSMP, assinale a alternativa correta:

- A) O Oficial de Promotoria deverá, ao final do prazo de um ano 180 (cento e oitenta) dias ou de outro prazo assinado pelo presidente da investigação, promover os autos do inquérito civil à conclusão para os fins do artigo 24 da Resolução nº. 484/06-CPJ.
- B) Incumbe ao Promotor de Justiça secretariar as audiências e reuniões designadas pelo Promotor de Justiça Secretário para instrução dos procedimentos administrativos.
- C) O termo de audiência deve ser subscrito apenas pelo representante do Ministério Público que presidiu o ato; investigado, se presente; declarante ou depoente; e advogado, se presente.
- D) Homologada a promoção de arquivamento ou o compromisso de ajustamento, o Oficial de Promotoria deve certificar o recebimento dos autos na Secretaria da Promotoria de Justiça e abrir conclusão ao Promotor de Justiça Secretário, anotando-se a ocorrência nos sistemas eletrônicos.
- E) Das reuniões realizadas deverá ser lavrada ata ou elaborada ficha resumo contendo os dados necessários.

23. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 664/2010 PGJ-CGMP-CSMP, assinale a alternativa correta:

- A) Realizada a audiência pública, será lavrada imediatamente ata circunstanciada.
- B) A ata e seu extrato serão encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça para conhecimento, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da sua lavratura, certificando-se nos autos.
- C) A ata, por seu extrato, será publicada no Diário Oficial do Estado e afixada na sede da Promotoria de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, certificando-se nos autos.
- D) Na hipótese de realização de audiência pública antes da instauração do inquérito civil, os atos necessários à organização e realização devem ser arquivados sempre em classificador próprio.
- E) O Promotor de Justiça Secretário, sob pena de responsabilidade funcional, deverá se certificar antes de prestar informações, expedir certidões ou entregar os autos para consulta de terceiros.

24. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 664/2010 PGJ-CGMP-CSMP, assinale a alternativa correta:

- A) Nos autos em que foi decretado o sigilo, a consulta é restrita ao investigado pessoalmente ou a procurador com poderes da cláusula *ad judícia*.
- B) Apenas na autuação deve ser anotada a decretação do sigilo.
- C) A expedição de certidão e a extração de cópias dos autos independem de prévio requerimento escrito e autorização do presidente a investigação, competindo ao Oficial de Promotoria executá-los, observadas as cautelas de estilo.
- D) As certidões serão expedidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias, com base nas informações constantes dos autos, dos livros de registro da Promotoria de Justiça ou dos sistemas eletrônicos.
- E) A aludida Resolução entrou em vigor no prazo de 30 (trinta) dias da data da sua publicação.

25. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 484/2016 CPJ, assinale a alternativa correta:

- A) As audiências públicas são instrumentos para coleta de provas, dados, informações ou esclarecimentos em inquérito civil, ou com a finalidade de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública e social obedeçam aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e no ordenamento jurídico.
- B) O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social.

C) A recomendação é instrumento formal, podendo ser celebrado nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório de inquérito civil, com os interessados para adequação de suas condutas às exigências legais, mediante cominações, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos da legislação específica.

D) O inquérito civil é investigação jurisdicional, de caráter contraditório, unilateral e obrigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público e destinado a apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos ou outros que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.

E) O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público.

26. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 484/2016 CPJ, assinale a alternativa correta:

- A) Da instauração do inquérito civil caberá recurso do interessado ao Procurador-Geral de Justiça.
- B) As representações ou comunicações que se refiram a fatos conexos previnem a atribuição do membro do Ministério Público.
- C) Até a instauração do inquérito civil, o interessado poderá arguir o impedimento ou a suspeição do presidente do inquérito civil.
- D) A investigação dos fatos constantes da portaria será feita por todos os meios admitidos em direito e as provas colhidas serão juntadas aos autos em ordem cronológica e devidamente numeradas em ordem crescente. Não se admite o uso de gravações, filmagens e registros eletrônicos dos atos do inquérito civil.
- E) O aditamento da portaria será anotado na capa dos autos e não a data da prescrição.

27. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 484/2016 CPJ, assinale a alternativa correta:

- A) Nenhuma diligência ou ato serão realizados sem determinação expressa do membro do Ministério Público que estiver presidindo a investigação, salvo nos casos urgentes.
- B) Constitui ato de mero expediente a determinação de remessa dos autos para reexame do Conselho Superior do Ministério Público.
- C) Se o descumprimento da notificação implicar em condução coercitiva, esta poderá ser determinada independentemente de prova do recebimento pessoal da notificação.
- D) Não se fará a notificação aos doentes, enquanto grave o seu estado, salvo para evitar o perecimento do direito, e quando se verificar que o notificando é portador de deficiência mental que o impossibilite de entender a natureza do ato.
- E) As requisições serão cumpridas gratuitamente.

28. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 484/2016 CPJ, assinale a alternativa correta:

- A) O presidente poderá realizar inspeções necessárias à investigação do fato, lavrando-se termo circunstanciado.
- B) Os órgãos do Ministério Público não podem realizar audiências públicas antes da instauração do inquérito civil.
- C) Para facilidade de manuseio ou exame, será formado apenso destinado a capear documentos ou cópias, certificando-se tal ocorrência nos autos principais.
- D) Os documentos sigilosos serão envelopados, lacrados e rubricados pelo presidente, se possível na presença do interessado ou responsável, com vista à preservação do sigilo.
- E) As testemunhas sempre serão ouvidas na sede da Promotoria de Justiça, em dia e hora previamente agendados.

29. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 484/2016 CPJ, assinale a alternativa correta:

- A) As testemunhas não possuem prerrogativa de ser ouvidas em data, hora e local previamente ajustados no inquérito civil e serão intimadas a comparecer pelo presidente para a realização do ato, certificando-se nos autos.
- B) As perícias serão realizadas por Promotores de Justiça, Procuradores de Justiça ou Procuradores da República.
- C) Independentemente de convite, poderá o investigado apresentar razões e documentos, que serão juntados aos autos, bem como indicar provas, cuja realização ficará a critério do presidente.
- D) Será expedida carta precatória para a colheita de prova em comarca contíguas e de fácil comunicação.
- E) Se a testemunha tiver domicílio na comarca, sua oitiva será, obrigatoriamente, deprecada, salvo se comparecer espontaneamente na sede da Promotoria de Justiça.

30. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 484/2016 CPJ, assinale a alternativa correta:

- A) A qualidade de título executivo extrajudicial do compromisso de ajustamento de conduta não autoriza a promoção direta de execução por titular de direito nele amparado, nos limites de seu interesse.
- B) Havendo ação civil pública em andamento, o compromisso será formalizado para eventual homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- C) O inquérito civil será sempre encerrado, depois de esgotadas todas as diligências a que se destinava, mediante propositura de ação civil pública.
- D) Os autos principais do inquérito civil instruirão a ação civil pública e, no órgão do Ministério Público, será mantida cópia da petição inicial da ação civil pública e,

a critério do presidente, das principais peças dos autos do inquérito civil.

E) Expedida a recomendação ou a notificação, aguardar-se-á resposta pelo prazo de 30 (trinta) dias, reiterando-se uma única vez.

31. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 484/2016 CPJ, assinale a alternativa correta:

- A) Sob pena de falta grave, os autos principais, com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos no prazo de 3 (três) dias contados da data da promoção, mediante comprovante, ao Conselho Superior do Ministério Público.
- B) Convertido o julgamento em diligência, reabre-se ao Promotor de Justiça que tinha promovido o arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação a oportunidade de reapreciar o caso, podendo manter sua posição favorável ao arquivamento ou propor a ação civil pública, como lhe pareça mais adequado. Nestes casos, será desnecessária a remessa dos autos ao Conselho Superior, bastando comunicar, por ofício, o ajuizamento da ação.
- C) Depois de homologada, pelo Conselho de Procuradores do Ministério Público, a promoção de arquivamento do inquérito civil, o órgão do Ministério Público poderá proceder a novas investigações se de outras provas ou fatos conexos tiver notícia, bem como se surgirem novos dados técnicos ou jurídicos.
- D) O desarquivamento de inquérito civil deverá ser feito por decisão na qual seja indicado o fundamento de fato ou de direito que determinar o início de novas investigações, comunicando-se o fato ao Conselho Superior do Ministério Público.
- E) A publicação de relatórios pelos Centros de Apoio Operacional será realizada mensalmente.

32. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 484/2016 CPJ, assinale a alternativa correta:

- A) As certidões serão expedidas em, no máximo, 5 (cinco) dias, contados de seu requerimento;
- B) É vedado prestar informações verbalmente, aos interessados que compareçam na sede do órgão de execução;
- C) O pedido de exame dos autos na secretaria do órgão do Ministério Público poderá ser formulado por qualquer pessoa, apenas por escrito.
- D) Em qualquer caso, poderá ser deferida a extração de cópias, sempre às expensas do interessado, observando-se as devidas cautelas quanto ao deslocamento e à posse dos autos.
- E) O pedido de exame dos autos na secretaria do órgão do Ministério Público poderá ser formulado por qualquer pessoa, verbalmente ou por escrito.

33. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 484/2016 CPJ, assinale a alternativa correta:

- A) Da decisão do órgão do Ministério Público que indeferir, fundamentadamente, a representação para a instauração do inquérito civil, caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do comprovante da ciência dada ao representante.
- B) Se não houver comprovante da entrega da notificação, o prazo não será contado.
- C) O recurso deverá vir acompanhado das respectivas razões, sob pena de não recebimento, e será interposto perante o órgão o Conselho Superior do Ministério Público.
- D) O dia e a hora da entrega do recurso e das respectivas razões deverão ser certificados nos autos, entregando-se recibo ao recorrente.
- E) O recurso será juntado aos autos, dele se fazendo anotação no livro próprio e no E-SAJ.

34. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 484/2016 CPJ, assinale a alternativa correta:

- A) Da instauração do inquérito civil caberá recurso do interessado, apenas com efeito devolutivo, ao Conselho Superior do Ministério Público
- B) Considera-se interessado aquele em face de quem poderá ser ajuizada a ação civil pública.
- C) O recurso deverá ser acompanhado das respectivas razões, sob pena de indeferimento, e será interposto perante o Procurador Geral de Justiça.
- D) O presidente do inquérito civil poderá negar seguimento ao recurso intempestivo.
- E) O recurso subirá em autos apartados do inquérito civil, que deverão ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 3 (três) dias.

35. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos da Resolução nº 484/2016 CPJ, os órgãos do Ministério Público que tenham por atribuição a instauração de inquérito civil manterão os livros e as pastas necessários aos registros e às anotações previstos nesta resolução, na forma estabelecida pela Corregedoria-Geral do Ministério Público. Ademais, serão encaminhadas, por meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional respectivo, dentre outras, as seguintes peças:

- A) das portarias de instauração de inquérito civil ou de procedimento preparatório deste último; das representações e eventuais decisões de indeferimento; dos documentos do Setor Técnico;
- B) de promoções de arquivamento; de petições iniciais de ação civil pública, com a indicação do número que tomou o feito e a vara a que foi distribuído; de respostas do interessado;
- C) das medidas tomadas na forma do artigo 113 da Lei Complementar Estadual nº. 734, de 26 de novembro de 1993 e de recomendações;
- D) de reabertura de inquérito civil; de sentenças; de recursos, ainda que não se refiram à decisão final da causa; de termos de compromisso de ajustamento de conduta, mesmo que lavrados no curso de ação judicial; e de provas periciais;
- E) de trânsito em julgado de sentença final, quando ocorrer em primeiro grau de jurisdição; de certidão de cumprimento integral de compromisso de ajustamento de conduta ou de decisão judicial; e de razões de recurso do interessado.

Aulões do NEAF

<https://bit.ly/2xgJx58>

Cadastre-se na Lista de Transmissão do NEAF no Whatsapp

<http://bit.ly/2S1NzpO>

Telegram

<http://bit.ly/TelegramNEAF>

Conheça nossos Cursos TCM SP 2020

<http://bit.ly/2Tfp0pW>

Link do Curso 2 em 1 TJSP + MPSP 2020

<http://bit.ly/2UNO7kV>

Link do TJSP 2020

<https://bit.ly/3dyBqBq>

INSS

<http://bit.ly/2uVGnyX>

Polícia Civil

<http://bit.ly/2thUX6>

Cursos para Escrevente TJSP

<http://bit.ly/2JVGdQ9>

Dúvidas, sugestões ou para mais informações

contato@neafconcursos.com.br